



Senado prioriza propostas sobre uso sustentável da água

Na semana em que Brasília sedia fórum mundial sobre o tema, Plenário analisa projetos para redução do consumo de recursos hídricos

Projetos que incentivam o uso sustentável dos recursos hídricos têm destaque na pauta do Plenário nesta semana. Três propostas que podem ser votadas pelos senadores estimulam a adoção de medidas para

reduzir o consumo e buscam garantir recursos para obras que melhorem a quantidade e a qualidade da água dos rios.

A preocupação com o uso racional do recurso é o foco do 8º Fórum Mundial da Água, que

acontece em Brasília até sexta-feira. Hoje haverá também uma conferência de parlamentares do mundo todo. O Senado tem participação ativa no fórum, por meio de uma subcomissão criada para acompanhar as discussões. **3**

Reportagem de S&P/Agência Senado — 18/3/2018



Viana fala à mesa com o ministro Gustavo do Vale, a procuradora-geral, Raquel Dodge, e Claudia de Windt, da OEA

Acesso universal é defendido em evento latino-americano

No Colóquio Latino-Americano Água, Vida e Direitos Humanos, promovido no domingo pelo Senado e pelo Ministério Público Federal, debatedores defenderam que a água não possa ser tratada como mercadoria.

Segurança hídrica pode ter custo anual de US\$ 650 bilhões

Na abertura do fórum, o presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga, estimou em US\$ 650 bilhões ao ano até 2030 os investimentos para que o mundo atinja os objetivos da ONU sobre segurança hídrica.

3

Especialistas querem sindicatos fortalecidos em novo estatuto

Em debate na Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, sindicalistas e especialistas em legislação criticaram a reforma trabalhista aprovada no ano passado e defenderam a volta da contribuição sindical obrigatória e a regulamentação do direito de greve como forma de fortalecer os sindicatos.

Responsável por consolidar o texto do estatuto, o senador Paulo Paim disse que pontos da reforma, como a jornada intermitente, prejudicaram o trabalhador. Para o procurador regional do Trabalho João Hilário Valentim, é importante que as entidades sindicais tenham dinheiro para lutar pelos trabalhadores. **2**



Paim fala sobre reforma trabalhista aprovada em 2017: "Estão varrendo o movimento sindical, e isso é um equívoco"

Gerardo Magela/Agência Senado



Presidente da CRE, senador Fernando Collor (C) dirige debate entre os professores Leonardo Trevisan e Mario Coelho

Debate: movimentos políticos devem mudar Europa

Uma nova Europa pode estar em formação, disseram ontem especialistas em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores.

Segundo eles, movimentos de extrema direita e de extrema esquerda podem mudar a realidade política e econômica do continente.

Os debatedores citaram conflitos diplomáticos entre a Inglaterra e a Rússia e a divisão entre uma "Europa do Norte" e uma "Europa do Sul" como exemplo de desgaste. Também discutiram movimentos separatistas, como o da região da Catalunha. **2**

especial cidadania

Distribuição gratuita e popular de remédio pode se tornar lei

O Senado analisa projeto para garantir, em lei, a segurança do Farmácia Popular, programa de distribuição gratuita ou com desconto de medicamentos. No ano

passado, o governo deixou de repassar verbas para a modalidade de farmácias públicas, mantendo a distribuição por estabelecimentos privados conveniados. **4**



Rodrigo Nunes/MS

Quase 25% dos brasileiros consomem medicamentos da Farmácia Popular

Encartado nesta edição, o boletim *Monitor Fiscal*

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Representantes sindicais e especialistas em leis trabalhistas debatem com Paim (C) texto do Estatuto do Trabalho

Especialistas defendem fortalecimento sindical

Em audiência na subcomissão que elabora o Estatuto do Trabalho, sindicalistas criticaram a reforma trabalhista e reivindicaram a volta da contribuição obrigatória e a regulamentação do direito de greve

A REGULAMENTAÇÃO DO direito de greve, o fortalecimento dos sindicatos e da representação coletiva, e o retorno da contribuição sindical compulsória mesmo para não filiados foram as principais reivindicações feitas por representantes sindicais e estudiosos da legislação trabalhista durante audiência pública da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho. O encontro, ocorrido ontem, debateu sugestões para a elaboração do estatuto. O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou a reforma trabalhista feita em 2017, por conter dispositivos como a jornada intermitente que, segundo ele, prejudicaram o trabalhador,

apesar de terem sido criadas com o objetivo de modernizar a legislação. Segundo ele, a Lei 13.467/2017 desmontou o movimento sindical, privilegiando as negociações individuais e diminuindo o poder de mediação dos sindicatos. — Estão varrendo o movimento sindical, e isso é um equívoco.

Contribuição

Outro golpe sofrido pelo movimento sindical com a atualização da CLT, disseram todos os participantes, foi a retirada da contribuição sindical obrigatória.

— É importante que as entidades sindicais tenham dinheiro para que as lutas

dos trabalhadores sejam efetivadas — disse o procurador regional do Trabalho João Hilário Valentim.

Para o primeiro-vice-presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese, a contribuição sindical facultativa tem gerado insegurança jurídica.

A vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Porto, defendeu o direito de greve e pediu que o estatuto aprimore a legislação.

— Greve sem incômodo, sem prejuízo, silenciosa, sem visibilidade, sem palavras de ordem, simplesmente não é greve.

Uma nova Europa pode surgir, aponta debate

Os movimentos políticos de contestação, de direita e de esquerda, podem levar a uma nova realidade política e econômica na Europa, disseram debatedores ontem em audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE). A audiência faz parte do ciclo de debates sobre a ordem internacional e foi dirigida pelo presidente da CRE, senador Fernando Collor (PTC-AL).

O professor da PUC-SP Leonardo Trevisan destacou que partidos nacionalistas de extrema direita e de extrema esquerda estão unidos no questionamento do modelo atual de Europa. Conflitos diplomáticos entre a Inglaterra e a Rússia e as diferenças políticas e econômicas entre a França e a Alemanha são

exemplos, afirmou, desse desgaste.

Trevisan disse que existe hoje uma divisão entre “Europa do Norte” e “Europa do Sul”, com países como Grécia e Portugal distantes da realidade da Alemanha ou da Suécia.

— Temos uma Europa em movimento e não necessariamente para o lado multilateral.

Para o professor do Centro Universitário de Brasília (UniCeub) Mario Coelho, a questão de separação da região da Catalunha do restante da Espanha é uma incógnita. O processo tem raízes históricas, disse, mas a constituição espanhola trata o país como “indissolúvel”.

— O referendo da separação violou a soberania espanhola, a unidade do território e a supremacia da constituição.

Moneira Maniz/Agência Senado



Collor (2º à esq.) coordena debate sobre movimentos políticos europeus

Paulo Paim cobra demonstração documentada do deficit da Previdência

Para Paulo Paim (PT-RS), o governo precisa demonstrar, de forma objetiva e documentalmente, onde está o deficit que justificaria a reforma da Previdência.

Na hipótese de não haver comprovação, o senador declarou que fica confirmada

fraude, cabendo denúncia-crime contra Michel Temer no Supremo Tribunal Federal.

— Se existe deficit, a causa não é gerada por essa mixaria que pagam aos aposentados por invalidez, mas pelo desvio de verba.

Telmário critica governo federal por “descaso” com o estado de Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) criticou ontem o governo federal pelo descaso com Roraima, mesmo depois das promessas feitas pelo presidente Michel Temer, de que ajudaria o estado a enfrentar as dificuldades



advindas da imigração venezuelana.

O senador reclamou da falta de planejamento e de investimentos e da inconstância no suprimento de energia elétrica, que impede o crescimento econômico.

Vanessa elogia decisão do STF que garante financiamento a candidaturas femininas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou decisão do Supremo que garante distribuição mínima de 30% dos recursos do Fundo Partidário para candidaturas femininas. O Congresso havia aprovado, na



minirreforma eleitoral de 2015, a destinação de 5% a 15% dos recursos de campanha para as candidatas.

Ela criticou os deputados federais por não votarem uma PEC que daria cotas para mulheres no Legislativo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCJ Mulheres e a Carta de 88**
9h Audiência interativa sobre direitos das mulheres e a Constituição de 1988.
- CDH Segurança pública**
9h Audiência sobre segurança pública.
- CJ Serviço de esgoto**
9h Entre 15 itens, o PLS 291/2013, que regula a cobrança dos serviços de esgoto.
- CAE Spread bancário menor**
10h Audiência sobre spreads bancários.
- CRA Insetos polinizadores**
11h Audiência sobre a importância dos insetos polinizadores para a agricultura.
- CE Falta por motivo religioso**
11h30 O PLS 130/2009, que assegura ao aluno faltar a aula por motivo religioso, é um dos 17 itens.

- CMA Peixes e vegetais**
11h30 Entre 11 itens, o PLS 162/2015, sobre a produção de peixes e vegetais.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, o PLS 252/2014, sobre construção sustentável.
- CCT Prontuários digitais**
14h30 O PLS 167/2014, que digitaliza prontuários de pacientes, é um dos 20 itens.
- CDR Ministro da Integração Nacional**
14h30 Audiência sobre o São Francisco.
- CPI DO BNDES Relatório**
14h30 Análise do relatório final.
- MP 810/2017 Empresas de informática**
15h Audiência pública.
- MP 815/2018 Apoio aos municípios**
15h Análise de relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Eunício Oliveira
- Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima
- Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza
- Primeiro-secretário:** José Pimentel
- Segundo-secretário:** Gladson Cameli
- Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares
- Quarto-secretário:** Zeze Perrella
- Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Angela Brandão
- Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
- Coordenador-geral:** Silvio Burl
- Coordenação de Cobertura:** Paola Lima
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Pauta tem projetos sobre uso sustentável da água

Plenário pode votar nesta semana, durante Fórum Mundial da Água, textos que incentivam proteção de rios e adoção de medidas para reduzir consumo dos recursos hídricos



NA SEMANA EM que Brasília recebe o 8º Fórum Mundial da Água, a pauta do Plenário do Senado traz três projetos voltados para a questão ambiental, com foco no uso sustentável dos recursos hídricos.

Um deles trata de incentivos fiscais para imóveis construídos com medidas para a redução no consumo de água e maior eficiência energética. O texto (PLS 252/2014), um substitutivo aprovado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), determina que a utilização de práticas sustentáveis de construção será incluída como diretriz da política urbana prevista no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001).

A proposta determina ainda a divulgação dessas práticas à população. Segundo o texto, as novas edificações de propriedade da União devem adotar medidas para a redução dos impactos ambientais, desde que sejam técnica e economicamente viáveis.

O projeto é originado de uma sugestão legislativa de Ana Luiza Laet, Andrisley Kelly da Silva, Daniele Verza Marcon e Verônica Vicente Monteiro, estudantes que participaram da edição de 2013 do Programa Senado Jovem Brasileiro. Elas argumentam que a adoção de padrões sustentáveis nas construções contribuirá para reduzir problemas decorrentes das mudanças climáticas.

Também está na pauta um projeto que assegura que pelo menos metade do dinheiro oriundo da cobrança pelo uso de recursos hídricos seja des-

tinada a obras para melhorar a quantidade e a qualidade da água dos rios. O texto (PLS 770/2015) é da CMA.

O terceiro projeto na pauta obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo (PLC 51/2014).

O Fórum Mundial da Água é organizado pelo Conselho Mundial da Água (WWC, sigla em inglês para World Water Council) desde 1996. O encontro, que ocorre em Brasília, começou no domingo e segue até sexta-feira. Esta é a primeira vez que um país do Hemisfério Sul recebe o evento.

Hoje haverá também uma conferência parlamentar com representantes de 20 países.

A organização do fórum conta com a participação do governo federal (por meio da Agência Nacional de Águas), do governo do Distrito Federal e da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib).

O Senado tem participação ativa no evento, por meio de uma subcomissão especial criada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores (CRE), sob a presidência do senador Jorge Viana (PT-AC).

Segurança

A pauta da segurança pública continua como prioridade para o Senado. O Plenário poderá votar nesta semana o projeto que restabelece a necessidade do exame criminológico para a progressão de regime do preso e aumenta os prazos do cumprimento da pena para a concessão do benefício (PLS 499/2015).

Os senadores ainda poderão votar o projeto que agrava a pena de crimes praticados por tocaia nas imediações de residência, no interior ou perto de escola (PLS 469/2015) e o que extingue benefícios processuais penais para jovens criminosos (PLC 140/2017).



Cristovam (ao microfone), Muniz (6º à dir.) e Viana (C) estiveram domingo no evento do Ministério Público Federal

Colóquio internacional defende universalização do acesso

A água não pode ser tratada como um produto de mercado, e sim como um bem comum, com acesso para o consumo universal. Esse foi o enfoque dominante entre os participantes do Colóquio Latino-Americano Água, Vida e Direitos Humanos promovido no domingo pelo Ministério Público Federal em parceria com o Senado. Para a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, o Brasil tem uma das legislações mais avançadas na temática da água e está preparado para resolver conflitos, mas é preciso que se trate do principal: o conflito sobre o mínimo existencial para cada um sobreviver.

— A água para cada um de nós é suficiente? Tem sido

garantida nas legislações?

O presidente da Subcomissão do 8º Fórum Mundial da Água, senador Jorge Viana, lembrou que a ONU só estabeleceu a água como direito humano em 2010.

— No Brasil, o desafio que temos também são os investimentos, que praticamente cessaram nos últimos três anos, na área de saneamento e captação de água potável.

Roberto Muniz (PP-BA) disse que o saneamento e o acesso à água de qualidade foram os maiores avanços da humanidade para a redução da mortalidade e aumento da expectativa de vida, mas lamentou a desigualdade no acesso à água.

— Vivemos um paradoxo da

abundância, ninguém consegue entender como o país que possui 12% da água doce do mundo vive uma crise hídrica.

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que o direito à água vai continuar não existindo se não for passado às futuras gerações a responsabilidade de cada um sobre a economia de água.

O ministro dos Direitos Humanos, Gustavo do Vale Rocha, pediu empenho do Congresso na aprovação da PEC 4/2018, que estabelece o acesso à água como direito fundamental humano. Já o professor Pablo Lorenzetti da Universidade de Buenos Aires, ressaltou a necessidade de limitar o valor das tarifas de água.

Objetivos da ONU podem custar US\$ 650 bilhões ao ano

Para que o mundo atinja os objetivos estabelecidos pela ONU para a segurança hídrica, serão necessários investimentos de cerca de US\$ 650 bilhões por ano até 2030. A projeção foi feita ontem pelo presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga, na abertura do 8º Fórum Mundial da Água.

— Cada governo precisa envolver diversos atores sociais e agentes econômicos,

especialmente nas áreas de energia, saneamento e produção de alimentos.

O presidente Michel Temer disse considerar a questão um tema urgente, pois cerca de 2 bilhões de pessoas vivem sem acesso seguro à água.

Vários senadores, entre eles o presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTC-AL), participaram da abertura do fórum.

No Plenário do Senado, Jorge Viana disse que líderes mundiais ainda não dão a devida atenção à questão da segurança hídrica.

— O que eu lamento é que este tema ainda esteja pouco empoderado. Tivemos poucos líderes presentes.

Roberto Muniz também enfatizou que a discussão deve ser ampliada.

— A crise hídrica é realidade em todo o mundo.

Muniz: saneamento básico é obrigação do Estado

Roberto Muniz (PP-BA) disse ontem que o Brasil deve começar a discutir a água como um direito essencial para a vida, bem como o papel do Estado na oferta dele.

O senador afirmou que, sem isso, o Brasil vai continuar com um modelo que se caracteriza pela oferta de água e de serviço de saneamento básico apenas para as famílias com renda mais elevada.

— Segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico, 70% das famílias com renda domiciliar de até meio salário mínimo têm déficit de abastecimento. Esse é o verdadeiro apartheid social.

Viana ressalta conferência de parlamentares hoje

Jorge Viana (PT-AC) destacou a conferência parlamentar que será aberta hoje, em Brasília, durante o 8º Fórum Mundial da Água. O evento já conta com mais de 120 parlamentares inscritos, representando 20 países.

Ele defendeu a aprovação da PEC 4/2018, de sua autoria, que estabelece a água como um direito humano.

— Há um conjunto de medidas que nós temos que adotar para que essa insensatez de tratar a água como uma mercadoria pura e simples não siga adiante no mundo. Perto de 800 milhões de pessoas não têm acesso a água potável — disse o senador.

Regina Sousa lamenta assassinato de Marielle

Regina Sousa (PT-PI) associou o assassinato da vereadora Marielle Franco ao sentimento de “ameaça”, que, segundo ela, toma conta das elites brasileiras quando surge uma liderança popular. Ela mencionou as 57 mortes violentas de defensores de direitos humanos em 2017 e afirmou que os movimentos populares ganharão força diante das adversidades.

Para Regina, o caso é emblemático porque a vereadora simbolizava elementos que a elite não tolera.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Medeiros destaca acidentes e cobra fim de obra em BR

José Medeiros (Pode-MT) cobrou a conclusão das obras de duplicação da BR-163, que corta Mato Grosso.

Para o senador, a finalização do empreendimento é fundamental para a preservação de vidas, já que na BR morrem, anualmente, cerca de 280 pessoas.

— É uma boate Kiss todo ano. Como se não bastasse os prejuízos com essas vidas, tem muito mais, quase o dobro de pessoas que ficam mutiladas. E é por isso que os mato-grossenses já estão muito revoltados — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lei poderá dar segurança ao Farmácia Popular

Programa que atende 25% dos brasileiros é regido por decretos e portarias, o que permite que seja modificado e até extinto pelo Executivo. Projeto visa garantir a distribuição gratuita de medicamentos

QUASE 25% DA população brasileira consome medicamentos da Farmácia Popular. Milhões de brasileiros são atendidos pelo programa, criado para cumprir uma das principais diretrizes da Política Nacional de Assistência Farmacêutica: dar à população o acesso a medicamentos considerados essenciais, utilizando ou não o Sistema Único de Saúde (SUS).

O programa teve início em 2004, com farmácias públicas de distribuição de medicamentos. A partir de 2006, com o nome Aqui Tem Farmácia Popular, expandiu-se para o setor privado, por meio de parcerias com os estabelecimentos.

No ano passado, o governo anunciou que deixaria de repassar verbas para a modalidade das farmácias públicas. No entanto, para garantir a continuidade do programa, o senador Raimundo Lira (PMDB-PB) apresentou um projeto (PLS 661/2015).

— Interromper o tratamento pode ser mais oneroso para o Estado, pois as pessoas, para manterem a saúde estável, teriam que comparecer mais aos hospitais, gerando mais filas e custos. Quando apresentei esse projeto, o Brasil estava no auge de uma crise, e não podemos permitir que incertezas econômicas e políticas coloquem o Farmácia Popular em risco. O programa atualmente é instituído e regulado por meio de decretos e portarias, que podem ser modificados ou revogados pelo Executivo a qualquer tempo, mesmo sem anuência do Congresso — explica o autor.

Histórico

O programa foi criado com o objetivo de diminuir o impacto causado pelos gastos com medicamentos no orçamento familiar. No início, o governo desenvolvia parceria com as prefeituras municipais, que recebiam uma verba do Ministério da Saúde para montar a estrutura física da farmácia pública e contratar funcionários. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) distribuía os remédios. O modelo chegou a ter mais de 500 unidades.

A expansão para o Aqui Tem Farmácia Popular ocorreu sem a participação da Fiocruz. As farmácias particulares distribuem de forma subsidiada ou gratuita o medicamento para oito doenças crônicas. Em 2011, passaram a ser

contemplados também remédios gratuitos para diabetes e hipertensão, que hoje são os mais retirados.

A justificativa do governo para o fim do repasse de verbas ao Farmácia Popular é a constatação de que o gasto com a compra de medicamentos representava apenas 20% do orçamento das farmácias públicas. O restante era destinado à manutenção dessas unidades, presentes em menos de 1% dos municípios.

A coordenadora do programa no Ministério da Saúde, Cleonice Lisbete Gama, explicou que os recursos continuam a ser investidos na distribuição gratuita de remédios. Os pacientes recebem os medicamentos pela atenção básica dos municípios (as farmácias básicas do SUS, para pacientes da rede pública) e no Aqui Tem Farmácia Popular (paciente do SUS ou não).

Sobre as divergências em relação aos custos, Raimundo Lira considera que as regras da aquisição dos medicamentos poderão ser alteradas pelo governo, para reduzir custos de manutenção, mas o programa precisa ser mantido.

Atualmente, por meio do Aqui Tem Farmácia Popular, a população pode adquirir 14 medicamentos para hipertensão, diabetes e asma, sem custo. Além disso, são ofertados descontos de até 90% em 11 medicamentos para rinite, dislipidemia, mal de Parkinson, osteoporose e glaucoma, além de contraceptivos e fraldas geriátricas.

Em média 9,8 milhões de pacientes retiram por mês medicamentos na rede Aqui Tem Farmácia Popular, que hoje conta com quase 35 mil unidades credenciadas e está presente em aproximadamente 80% dos municípios.

Para retirar os medicamentos, o cidadão deve apresentar identidade, CPF e receita médica, emitida por médico da rede pública ou de instituição privada, dentro do prazo de validade. Em fevereiro de 2016, a validade da receita foi ampliada para 180 dias. Antes, era de 120 dias, com exceção dos pedidos para anticoncepcionais, que permanecem com validade de um ano.

Impasses

O programa Aqui Tem Farmácia Popular custa quase R\$ 3 bilhões e se tornou a maior política de assistência



Raimundo Lira: fim do programa geraria custos e filas em hospitais

farmacêutica do governo federal, superando, inclusive, a soma dos investimentos nas farmácias básicas do SUS.

O professor Augusto Guerra, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), afirmou em audiência na Câmara dos Deputados que oferecer recursos para medicamentos nas redes pública e privada torna a distribuição de remédios ineficiente e, num futuro próximo, escassa. É preciso escolher o melhor entre esses dois modelos de financiamento.

Para Francisco Batista Junior, do Conselho Federal de Farmácia, compras feitas em larga escala asseguram preços mais baixos e permitem a transparência da licitação, além do fortalecimento do sistema público.

— O programa cumpre seu papel de garantir à população acesso aos medicamentos, mas é efetuado de forma dispendiosa. Devemos nos perguntar se o programa está sendo executado da forma mais adequada.

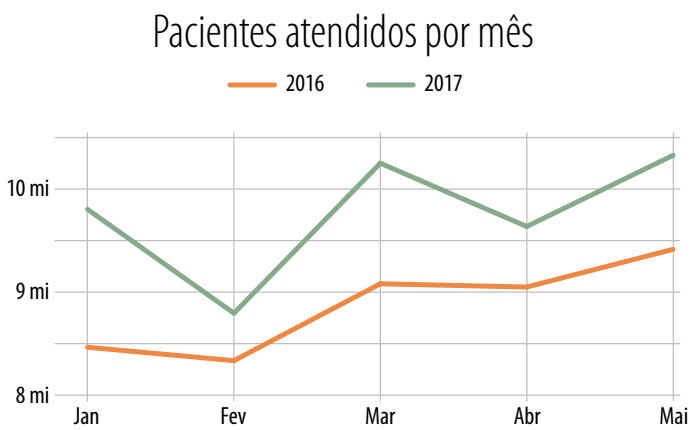
O economista e professor da PUC-RJ Pedro Américo Ferreira, em sua dissertação de mestrado, mostra que cada R\$ 1 gasto no Farmácia Popular permite uma economia aos cofres públicos de R\$ 16 com internações. O estudo ganhou o prêmio BNDES de Economia de 2016 (veja no Saiba Mais).

Cleonice acrescenta que o foco do programa são medicamentos de uso contínuo, e a distribuição gratuita permite que o paciente não interrompa o tratamento. Segundo o estudo de Ferreira, pacientes que cumprem mais de 80% do tratamento farmacológico têm menor risco de hospitalização do que os com menor adesão.

Cinco milhões de cidadãos com 60 anos ou mais são atendidos pelo programa a cada mês. Entre eles, o aposentado Jose Elizário de Sousa e a esposa, Conceição, que usam remédios para doença de

Distribuição de remédios

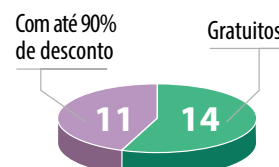
Programa teve início em 2004, com farmácias públicas. A partir de 2006, foi expandido para o setor privado, por meio de parcerias



Programa evita interrupção de tratamento

Medicamentos oferecidos

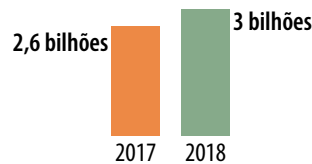
Os mais procurados são para hipertensão e diabetes



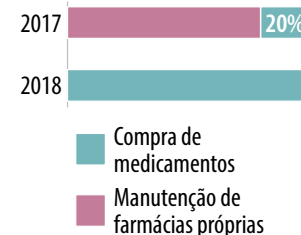
Abrangência nacional

43 milhões de atendidos
34.583 farmácias cadastradas
4.487 municípios (80%)

Recursos previstos (em R\$)



Destino de recursos



Fonte: Ministério da Saúde

Parkinson e diabetes.

— Sem o Farmácia Popular, não teríamos como dar continuidade aos tratamentos — diz ele.

Valores

O Ministério da Saúde tem negociado com a indústria farmacêutica e o setor de drogarias para chegar a um acordo sobre o valor do medicamento que é pago pelo Aqui Tem Farmácia Popular. Segundo o governo, os valores pagos pelos produtos de asma, hipertensão e diabetes estão em média 30% acima dos praticados pelo mercado. O custo da insulina, por exemplo, com a transferência de tecnologia, os impostos e a logística, chega a R\$ 10 para os laboratórios. No âmbito do programa, o desembolso é de R\$ 27,50. Os preços praticados na venda para o Ministério

da Saúde obedecem às regras da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

Segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do DF (Sincofarma), Messias Vasconcelos, o governo faz repasses baixos para o varejo.

— Caso o subsídio repassado realmente sofra alteração, a parceria não se tornará viável. Nas negociações devem ser consideradas a grande variedade de produtos e marcas atendidas pelo programa e a realidade tributária brasileira, que faz com que grande parte dos ganhos sejam corroídos.

O ministério diz que o objetivo da negociação é dar maior eficiência ao uso de recursos públicos e garantir que não haja ônus para o SUS, além de ampliar a oferta de produtos e serviços da rede de saúde.

Saiba mais

PLS 661/2015, que transforma o programa em lei
http://bit.ly/pls661_15

Prêmio BNDES de Economia 2016
<http://bit.ly/premiobndes>

Decreto 5.090/2004, que institui e regulamenta o programa
http://bit.ly/decreto_5090

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania